



**PAUTA
PARA A 129ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 849, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Castilho como Município de Interesse Turístico.

2 - Moção nº 77, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que o artigo 148- A, da Lei nº 9.503, de 1997, incluído pela lei 13.103, de 2015, seja alterado, visando extinguir a necessidade do pagamento de taxa para que os motoristas profissionais desempregados realizem o exame toxicológico na solicitação de emissão ou renovação da CNH - Carteira Nacional de Habilitação, nas categorias C, D e E.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre existência de delegadas em delegacias não especializadas para atendimento à mulher em situação de violência de gênero.

2 - Projeto de lei nº 840, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Institui o programa de conciliação dos devedores mutuários da - CDHU.

3 - Projeto de lei nº 841, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Institui o "Selo Empresa Solidária" destinado às empresas que desenvolvam programas de esclarecimento e incentivo aos seus funcionários para a doação de sangue, medula óssea, órgãos e tecidos humanos.

4 - Projeto de lei nº 842, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Torna obrigatório a colocação de dispositivos de segurança para interromper o processo de sucção em piscinas.

5 - Projeto de lei nº 843, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Autoriza o poder Executivo a estabelecer espaços permanentes e/ou pré-estabelecidos para venda de produtos e/ou serviços oriundos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar agroecológica.

6 - Projeto de lei nº 844, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Proíbe as operadoras de televisão por assinatura que operem no Estado de cobrar o sinal emitido por ponto adicional.

7 - Projeto de lei nº 845, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a implantar a política Estadual Paulista de transporte público intermunicipal gratuito, de alunos regularmente matriculados no Ensino Superior.

8 - Projeto de lei nº 846, de 2017, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação Valeparaibana de Xadrez - AVPX", em Taubaté.

9 - Projeto de lei nº 847, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Esquadrão Antibomba Metropolitano, em Ribeirão Preto.

10 - Projeto de lei nº 848, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a responsabilidade das empresas de reciclagem de materiais orgânicos ou inorgânicos na prevenção de danos ao meio ambiente no Estado.

11 - Moção nº 76, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Aplauda a decisão tomada durante a 257ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça em processo que discutiu a aplicação da pena de censura à desembargadora Kenarik Boujikian Felipe do Tribunal de Justiça de São Paulo.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 828, de 2017, de autoria do deputado Estevam Galvão. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 829, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Dispõe sobre o incentivo fiscal para as empresas contratantes de trabalhadores na terceira idade.

3 - Projeto de lei nº 830, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Dispõe sobre a criação do "Curso de Aprendiz de Bombeiro Comunitário".

4 - Projeto de lei nº 831, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a Implantação de Identificação Biométrica Dactiloscópica nas Unidades de Saúde Pública e Privada no Estado.

5 - Projeto de lei nº 832, de 2017, de autoria do deputado Luiz Turco e outros. Acrescenta o Parágrafo único ao artigo 20 da Lei nº 9.509, de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

6 - Projeto de lei nº 833, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica Lourdes como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 834, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica Três Fronteiras como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 835, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica Santa Rita D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 836, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Dispõe sobre a criação da "Clínica Estadual de Recuperação de Dependentes Químicos".

10 - Projeto de lei nº 837, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Dispõe acerca da regulamentação da profissão de Gerontólogo no Estado.

11 - Projeto de lei nº 838, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Araçoiaba da Serra como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 839, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Altera a redação do inciso III do artigo 31 da Lei nº 15.266, de 2013, estendendo aos guardas municipais a gratuidade na renovação, adição ou mudança de categoria da carteira de habilitação.

13 - Moção nº 75, de 2017, de autoria do deputado Milton Vieira. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 7081, de 2010, que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica, seja apreciado e

aprovado com a máxima brevidade possível.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 827, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Institui o "Programa de Vacinação para Idoso Restrito ao Domicílio".

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 17, de 2017, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Dispõe sobre a realização de consulta pública sobre alienação de bens públicos, concessão ou parceria público-privada em serviços públicos.

2 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Acrescenta dispositivo ao artigo 1º da Lei Complementar nº 1.249, de 2014, que dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes das carreiras policiais civis e militares, da Secretaria de Segurança Pública, bem como da carreira e classe que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária.

3 - Projeto de lei nº 823, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal", em Pirassununga.

4 - Projeto de lei nº 824, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Torna obrigatório aos supermercados, empresas vendedoras ou distribuidoras de óleo de cozinha de manterem estruturas destinadas à coleta do óleo de cozinha usado.

5 - Projeto de lei nº 825, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Torna obrigatório aos hospitais públicos e privados a comunicarem às delegacias de polícia, quando do atendimento em suas unidades de pronto atendimento, sobre os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas.

6 - Projeto de lei nº 826, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a lotação mínima de servidores públicos estaduais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher.

7 - Moção nº 74, de 2017, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Aplauda os funcionários e toda a equipe da Delegacia da Pessoa com Deficiência, única unidade no Estado de São Paulo, reconhecendo a eficiência das atividades desenvolvidas.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 4, de 2017, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Marco Vinholi e outros. Revoga o item 1 do Parágrafo único do artigo 232 e o artigo 235, ambos da Constituição do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 999, de 2003, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dá a denominação de "Parque da Juventude" à Estação Carandiru do Metropolitano de São Paulo. (Em anexo os Projetos de Lei nºs 530, de 2006; 510, de 2007 e 869, de 2009).